



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638689 - SP (2021/0001536-3)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : CAIO HENRIQUE DA SILVA
ADVOGADO : CAIO HENRIQUE DA SILVA - SP410165
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RICARDO DA SILVA DOS REIS (PRESO)
OUTRO NOME : NICOLLE MENDES REIS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RICARDO DA SILVA DOS REIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 2260682-05.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 158, *caput*, do Código Penal (extorsão). Posteriormente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que a prisão cautelar é desarrazoada, pois o flagrante foi eivado de nulidade. Afirmar que o paciente foi constrangido pelos policiais para entregar seu celular para que tivessem acesso aos dados neles contidos. Ainda, informa que não houve grave ameaça como informado pela vítima.

Requer, liminarmente, a substituição da preventiva pelas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente